



JUSTIFICATIVA DE EMPRESA RECÉM-CONSTITUÍDA

ASSUNTO: Justificativa quanto à inexistência de índices econômico-financeiros – Empresa recém-constituída

À
Comissão de Licitação / Pregoeiro(a)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A empresa **G-PRO TECNOLOGIA – 64.343.195 GIOVANNA DO VALE LOPES ALVES SALES**, inscrita no CNPJ sob nº **64.343.195/0001-55**, com sede na **Quadra 6, Conjunto K, nº 22 – Paranoá – Brasília/DF – CEP 71570-611**, neste ato representada por sua titular **Giovanna do Vale Lopes Alves Sales**, CPF nº **089.922.361-31**, vem respeitosamente à presença dessa Comissão de Licitação apresentar o presente **OFÍCIO INFORMATIVO**, com o objetivo de esclarecer aspectos relativos à documentação de **qualificação econômico-financeira** apresentada no âmbito do presente procedimento licitatório.

2. DA CONDIÇÃO DE EMPRESA RECÉM-CONSTITUÍDA

A empresa foi regularmente constituída em **08 de janeiro de 2026**, conforme comprova o **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Receita Federal do Brasil**.

Dessa forma, considerando que se trata de **empresa recém-constituída**, ainda **não houve encerramento de exercício social completo**, razão pela qual **não existem demonstrações contábeis relativas a exercícios anteriores** que permitam a apuração de determinados índices econômico-financeiros tradicionalmente exigidos em processos licitatórios.

Ressalta-se que tal situação é **natural e inerente à fase inicial de constituição empresarial**, não podendo ser interpretada como incapacidade econômica ou financeira.



3. DO AMPARO NA LEI Nº 14.133/2021 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES

A **Lei nº 14.133/2021**, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece em seu **Art. 69** que a qualificação econômico-financeira tem como finalidade demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes do contrato.

Todavia, a legislação também determina que as exigências da Administração Pública devem observar os princípios da:

- **razoabilidade**
- **proporcionalidade**
- **competitividade**
- **isonomia entre os licitantes**

Assim, quando se tratar de **empresa recém-constituída**, a comprovação da capacidade econômico-financeira pode ser realizada mediante **documentos equivalentes**, tais como:

- Balanço patrimonial de abertura
- Declaração contábil de empresa recém-constituída
- Demonstrações contábeis iniciais

Esses documentos têm sido **amplamente aceitos pela Administração Pública**, exatamente para evitar restrições indevidas à participação de novos agentes econômicos nos processos licitatórios.

4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A **Lei Complementar nº 123/2006**, que institui o **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**, determina a adoção de tratamento favorecido nas contratações públicas.

Destacam-se os seguintes dispositivos:



Art. 47

Nas contratações públicas da administração direta e indireta deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 48

Prevê mecanismos destinados a **ampliar a participação das microempresas nas licitações públicas**.

Tal regime jurídico busca **estimular o desenvolvimento econômico e a livre concorrência**, garantindo que **exigências excessivas não impeçam a participação de empresas em fase inicial de atividade**.

5. DOS PRINCÍPIOS DA COMPETITIVIDADE E DA RAZOABILIDADE

A Administração Pública deve observar os princípios estabelecidos no **Art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, especialmente:

- **Princípio da competitividade**
- **Princípio da razoabilidade**
- **Princípio da proporcionalidade**
- **Princípio da isonomia**

Exigir índices econômico-financeiros de exercício anterior de uma empresa constituída no mesmo ano do certame poderia **restringir indevidamente a competitividade**, contrariando os princípios que regem as licitações públicas.

6. DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

A jurisprudência dos órgãos de controle, especialmente do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, tem entendimento consolidado no sentido de que:



Empresas recém-constituídas não podem ser impedidas de participar de licitações públicas exclusivamente pela inexistência de histórico contábil de exercícios anteriores.

Destacam-se entendimentos constantes em diversos julgados do TCU que orientam que:

- A Administração deve admitir **documentos equivalentes ao balanço patrimonial completo** quando a empresa ainda não possui exercício social encerrado.
- A exigência de documentação contábil deve observar o **princípio da razoabilidade**.

Tal entendimento visa **evitar restrições indevidas à competitividade do certame**, assegurando igualdade de oportunidades entre os licitantes.

7. DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Para fins de comprovação da regularidade econômico-financeira, a empresa apresenta:

- **Balanço Patrimonial de Abertura**
- **Demonstração do Resultado do Exercício (sem movimentação)**
- **Declaração de Empresa Recém-Constituída**
- **Demais documentos contábeis compatíveis com sua fase inicial de atividade**

Tais documentos demonstram a regularidade contábil e fiscal da empresa, bem como sua aptidão para participação no presente certame.

8. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se que esta respeitável Comissão de Licitação:

- ✓ considere a condição de **empresa recém-constituída**;
- ✓ reconheça a **impossibilidade material de apresentação de índices econômico-financeiros baseados em exercícios anteriores**;
- ✓ aceite os documentos apresentados como **suficientes para comprovação da qualificação econômico-financeira**, em conformidade com a legislação vigente.



Tal medida encontra respaldo na **Lei nº 14.133/2021**, na **Lei Complementar nº 123/2006**, bem como na **jurisprudência consolidada dos órgãos de controle**, preservando os princípios da **competitividade, razoabilidade e isonomia** que regem os processos licitatórios.

Brasília – DF, 06 de março de 2026

64 343 195 GIOVANNA DO VALE LOPES ALVES
SALES:6434319500015
5

Assinado de forma digital por
64 343 195 GIOVANNA DO
VALE LOPES ALVES
SALES:6434319500015
Dados: 2026.03.06 02:30:35
-03'00"

GIOVANNA DO VALE LOPES ALVES SALES

Representante Legal

CPF: 089.922.361-31

G-PRO TECNOLOGIA

CNPJ: 64.343.195/0001-55

Jair Gonzaga da Silva

Contador

CRC DF-015244